



UM LUGAR PARA A IRMÃ MORTE EM UMA CASA FRANCISCANA: O CONVENTO DE SANTA MARIA MADALENA, ALAGOAS.

MS. ANA CLÁUDIA MAGALHÃES*

PROF. DRA MARIA ANGÉLICA DA SILVA**

O município de Marechal Deodoro, antigamente denominado de Vila de Santa Maria Madalena, se originou de um primitivo núcleo de povoamento localizado na parte Sul da Capitania de Pernambuco, hoje Estado de Alagoas. Começa a se afirmar como povoação no fim do século XVII, beneficiada pela conveniência da implantação às margens da Lagoa Manguaba e da proximidade ao Oceano Atlântico. Sua sustentação econômica se deu através da exploração das atividades comerciais baseadas na produção açucareira e agropecuária, fator de grande importância no fortalecimento de uma economia colonial em ascensão no litoral brasileiro.

Neste contexto, examina-se a presença da ordem franciscana através de estudos em fontes literárias de época, mas também a partir do exame da cultura material, representada pela própria expressão arquitetônica do edifício conventual. A ele se une uma investigação mais aprofundada das suas camadas temporais, acessadas através de uma campanha de restauro e de arqueologia, ocorrida entre 2007 e 2012.¹ Com isto, somam-se evidências tangíveis hoje escondidas ou explicitadas pela finalização destas atividades, que permitiram gerar um conjunto de informações novo e bastante pertinente no que tange ao tema trabalhado, ou seja, acerca da presença da morte na edificação. Presença que se dá por questões funcionais,

* Arquiteta, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ FAU/UFAL/ Servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

** Professora Doutora, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ FAU/UFAL/Bolsista de Produtividade do CNPq - Coordenadora Líder do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem/FAU-UFAL.

¹ Os trabalhos de arqueologia foram realizados dentro do projeto Memórias Franciscanas, apoiado pela Edital Cultural da Petrobrás. Ainda dentro do escopo deste projeto, as atividades de restauro foram acompanhadas pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Uma das autoras, Ana Cláudia Magalhães foi responsável pelo fiscalização das obras.

religiosas ou espirituais, expressas em espaços, volumes, imagens, texturas, sons, cores e alegorias.

O conjunto urbano foi marcado desde sempre pelas igrejas, elementos edificados de maior evidência. Estimulado por uma cultura que era determinada quase que majoritariamente pela religião, do século XVII ao XIX o esforço coletivo mais forte foi sem dúvida aquele voltado para a construção dos espaços sagrados. Iniciadas como simples capelas de devoção, geralmente mantidas por irmandades religiosas leigas, com o tempo vão adquirindo proporções mais destacadas em meio ao casario de expressão singela.

Com um cotidiano marcado pelas obrigações religiosas, a presença do espaço sagrado e do sacerdote no ambiente das cidades e vilas coloniais contribuía para garantir a realização das práticas recomendadas pela Igreja. O cerimonial seráfico diário apregoado por Frei Francisco da Conceição demonstra a força da doutrina na vida do cristão setecentista:

Faça cada dia uma hora de oração mental dividida em duas vezes, parte da manhã, parte à noite. Ouça missa todos os dias podendo e não podendo, a medite espiritualmente. Reze a cada dia a Coroa de Nossa Senhora meditada ou o Rosário ou o terço dele com devoção a Novena das Almas, a Estação do Santíssimo Sacramento. Visite devotamente a Via Sacra todos os dias que puder, mas ao menos nos dias Santos e Sextas-Feiras. Faça todos os dias muitos atos de amor a Deus e muitas e fervorosas jaculatórias e se lhe não se lembrar outra, repita esta muitas vezes: Senhor tende misericórdia de mim. Faça um dia de retiro cada mês e os de oito ou dez dias uma vez no ano, podendo jejue nas segundas, quartas e sextas. Ponha um cilício nas terças, quintas e sábados por tempo de uma ou duas horas. À noite faça exame de consciência pouco antes de se deitar, considerando que pode não se levantar senão para a sepultura. (Frei Francisco da Conceição, Apud MOTT, 1997:159-160).

Esse discurso é dominado pela figura hegemônica que unia toda a cristandade colonial: a consciência da finitude da vida e o horror da eternidade no inferno. Considerando que a legislação canônica era muito clara e enfática ao “ordenar e mandar” que exclusivamente o solo sagrado de igrejas fosse usado como território fúnebre, é possível afirmar que parte substancial do esforço na construção de tais edificações não se tenha se dado exclusivamente

para o atendimento dos vivos, mas para a realização da prática funerária e rituais associados. É o que pregam não apenas as ordens religiosas, mas também o bispado:

É costume pio, antigo, e louvável na Igreja Catholica, enterrarem-se os corpos dos fieis Christãos defuntos nas igrejas e cemitérios dellas: porque como são lugares, a que todos os fieis concorrem para ouvir, e assistir ás Missas e officios divinos, e Orações, tendo á vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deos nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esquecerão da morte, antes lhes será aos vivos mui proveitoso ter memória della nas sepulturas. Por tanto ordenamos, e mandamos, que todos os fieis que neste nosso arcebispado fallecerem, sejam enterrados nas Igrejas, ou Cemiterios, e não em lugares não sagrados (...). (VIDE, 2007, p. 295).

É graças ao atendimento a esse discurso ideológico que a população da Vila de Madalena constrói, em um sítio de proporções relativamente reduzidas, cinco edificações religiosas: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, e as igrejas conventuais ligadas à Ordem Carmelita e à Ordem Franciscana.²

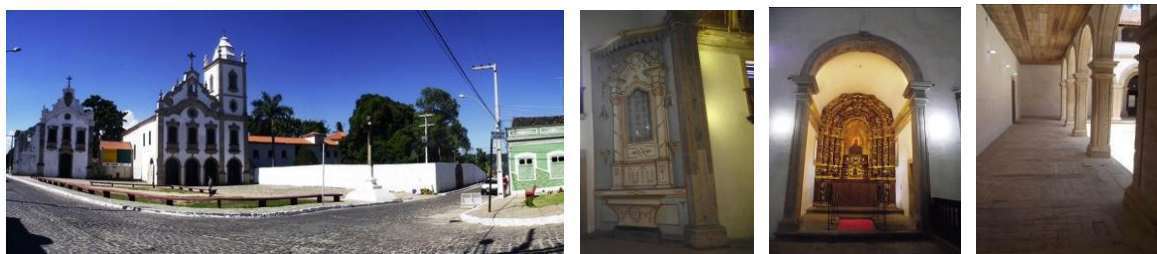
No ambiente citadino, a proximidade das igrejas permitia uma intensa articulação entre si, não apenas de ordem física, mas também no que respeita a regulação e organização do serviço funerário de modo a atender a todos os segmentos da população – brancos, negros, pobres e ricos. Os edifícios demarcavam um território de reprodução do conteúdo religioso relacionado à Morte e seus desdobramentos no campo do imaginário coletivo. Ainda nessa perspectiva, a mera presença das igrejas solidificava uma relação de poder que conferia distinção social aos núcleos onde estavam inseridas. E nesse universo, o peso da influência clerical era imenso.

Partícipes dessa lógica de forte teor religioso, mas também político, os fluxos missionários franciscanos foram iniciados imediatamente após a chegada dos primeiros portugueses ao

² O recorte espacial aqui apresentado se refere ao Centro Histórico da cidade, patrimônio cultural tombado pelo IPHAN, núcleo primitivo de ocupação do lugar e onde estão concentradas as igrejas e conventos destacados nessa pesquisa.

Brasil e percorreram todo a costa litorânea. A partir de 1585 os frades, inicialmente ligados à Província mãe portuguesa, começaram a fixar-se em vilas, cidades e aldeamentos, estabelecendo uma rede, cujas conexões eram os conventos, por onde eles transitavam no movimento de itinerância próprio dos irmãos menores.³

A implantação da casa franciscana se inicia em 1660, quando ainda era a “Villa de Magdalena” e, segundo as fontes, vem atender a uma demanda da própria população. Concentrando toda a vitalidade cultural, o convento era o principal promotor das relações sociais no ambiente urbano, no que diz respeito não apenas aos encontros, às festas e comemorações que preenchiam um cotidiano definido pelo calendário litúrgico, mas também a outros aspectos da vida urbana como o apoio às práticas educacionais, farmacológicas, administrativas e, sem dúvida, às atividades vinculadas ao bem morrer. A construção do edifício conventual franciscano de Madalena começa, como era prática à época, por um simples oratório, para acolhimento das práticas litúrgicas, e um abrigo para acomodação dos frades. O ano de sua conclusão – 1793 – marcado na fachada da igreja, mostra que da acanhada tipologia inicial restou uma casa completa. Ao término da obra o convento se concretiza como um complexo arquitetônico, formado por unidades ligadas entre si: a igreja da Ordem Primeira (para os frades), a capela da Ordem Terceira (para os franciscanos leigos) e a moradia dos religiosos, propriamente dita, dotada de todos os espaços necessários ao desenvolvimento das tarefas que cabiam aos seus ocupantes (Fig. 1).



Figuras 1, 2, 3 e 4 . Fachada principal do Convento, retábulo colateral, capela lateral com cripta funerária, claustro com sepulturas no chão.

Fonte: Ana Cláudia Magalhães. 2010, 2012.

³ O primeiro convento franciscano no Brasil foi o de Nossa Senhora das Neves, em Olinda/PE, construído a partir de 1585.

Somam-se a esse programa as áreas não edificadas, constituídas pelo adro e pela cerca conventual. Essa configuração arquitetônica estava condicionada a um plano mais amplo cujas motivações eram diretamente relacionadas à comunidade religiosa, ou seja, à resposta conveniente às necessidades dos frades. Mas também, e sobretudo, era preciso atender a um importante fato urbano sem o qual nenhuma cidade se sustentaria e, como parte dela, nem o convento sobreviveria: o adequado atendimento às demandas ligadas à Morte.

A natureza do projeto do convento estava atenta à cultura funerária. Toda a ritualística que antecedia e sucedia à Morte fora herdada de Portugal; entretanto, a colônia americana dotou-a de uma intensidade peculiar, marcada por ricas e variadas celebrações, para as quais todo o tecido social e urbano se organizava na intenção de realiza-las da melhor forma possível.⁴

A posição da Ordem era fortalecida a cada enterramento no interior da casa franciscana. Não apenas na sua dimensão simbólica, como chão sagrado, apropriado para acolher os cristãos falecidos, mas também, e sobretudo, na sustentação material. Nesse sentido, é pertinente afirmar que o convento só se estrutura fisicamente por meio de sua apropriação pelos moradores da vila, especialmente como local de sepultamento, e tal apropriação se confunde com sua origem mais remota. Antes mesmo do início da obra já havia uma ocupação virtual dos seus espaços. Obedientes ao costume católico, benfeitores disputavam os locais mais privilegiados para seu sepultamento e da sua família, através de ofertas e de doações.

As valiosas contribuições da historiografia franciscana a respeito dos processos de construção dos conventos coloniais ressaltam a importância desse tipo de investimento particular em contrapartida à escolha do local para os sepultamentos.⁵ Em Santa Maria Madalena o processo não foi diferente e, desde sua origem, o lugar dedicado aos mortos foi prioridade sendo possível que a determinação do lugar que cada um dos benfeitores ia ocupar se antecipasse ao

⁴ João José Reis Filho (1997:116-117) ressalta o espírito festivo e espetacularizado dos enterros no Brasil, não sendo incomum o uso de música, fogos de artifício, tochas e velas, comida e bebida.

⁵ “Os dois retábulos colaterais se fizeram de tudo à custa de Felipe de Moura e de Diogo de Aragão, e em paga lhes deu aqueles lugares para suas sepulturas”. (LIVRO DOS GUARDIÃES DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA BAHIA - 1587-1862, 1978:9).

próprio prédio, no tempo e no espaço.⁶ Nessa perspectiva, nada mais apropriado que ambientes como a nave da igreja, capelas e o claustro já fossem planejados para absorver uma prevista quantidade de sepulturas. Portanto, a espacialidade e ambiência de tais lugares deveriam ser pensadas com a proporção correspondente às necessidades da função e uso como cemitério.

A respeito do Convento de Santa Maria Madalena, o cronista franciscano Frei Jaboatão confirma essa prática ao narrar como, logo após o início da obra, alguns moradores já passam a assumir os encargos financeiros dos serviços, garantindo assim o privilégio de determinar onde seriam enterrados. Os investimentos são geralmente voltados para os elementos artísticos integrados, a exemplo de doação de retábulos, mas, também, bancam a construção de capelas inteiras e respectivas alfaias e paramentos. Em 1660, ano que coincide com o início da edificação conventual, a família de um senhor de engenho da região financia um dos retábulos colaterais ao arco-cruzeiro, bem como sua manutenção, em troca da prerrogativa de, em morte, ocupar o espaço existente na sua base (ver figura 2).

Nelle tem sepultura Ignácio Vieyra e sua mulher Mecia Barboza, e seos herdeiros, por escriptura de 27 de dezembro de 1660, tendo ornado o altar de todo o necessário, e assignado renda para o diante no rendimento de mai legoa de terra, oitenta vacas parideiras, e hum Escravo, o que depois se comutou em 25 arrobas de açúcar no Engenho, que levantarão na ditta terra os proprietários. (Jaboatão, 1859:608).

É ainda Jaboatão (1859:609) que nos fornece detalhes a respeito dos fatos que deram origem à capela lateral situada perpendicularmente à nave da igreja, numa disposição que na arquitetura franciscana, tradicionalmente seria destinada à ocupação pelos membros da Ordem Terceira.⁷

⁶ A escolha de sepulturas ainda na planta não era de todo incomum. Têm-se notícia dessa prática na Igreja Matriz de São Nicolau, em Santa Maria da Feira, Portugal, conforme registrado na historiografia: “Assim, por exemplo, por anotações dos reitores da Feira Manuel da Purificação (1668-70) e Jacinto da Conceição (1671-73) à planta ‘estampada’ por Jorge de S. Paulo com o numeramento e repartição dos covais da igreja, ficamos a saber que Domingos Homem Soares comprou pelos dois mil reis da praxe a sepultura onde jazia o corpo da freira Maria de Andrade, cujo local sinalizou com um S, enquanto não punha «pedra e letreiro””. (TAVARES, 2008:205).

⁷ Uma das características tipológicas dos conventos franciscanos do Nordeste é a disposição das capelas da Ordem Terceira perpendiculares à nave da igreja. Em Marechal Deodoro essa tipologia foi alterada, devido à citada capela particular ter sido construída antes da Ordem Terceira ser instituída no lugar.

Segundo ele, a capela foi construída em 1709 por iniciativa de dois irmãos, um deles padre, “para nella se enterrarem, e seos Ascendentes, e Descendentes”. Com a contribuição de “mil cruzados a juro, para ornato, e paramentos da ditta Capella” os irmãos promoveram a confecção de um dos mais expressivos retábulos barrocos executados no país, considerado por Germain Bazin (1956:311) como uma referência dos antigos e ricos exemplares da talha executada pelas oficinas franciscanas no Brasil (Fig. 3). Durante os trabalhos de restauro e da arqueologia, constatou-se que na capela particular mantém-se até hoje a cripta funerária subterrânea, com três catacumbas, à qual se tem acesso através de uma escadaria. Existia na entrada um cancelo separando-a do corpo da igreja ao tempo em que definia um território reservado.

Os documentos até agora acessados não referenciam mais detalhadamente os benfeitores, além daqueles mencionados por Frei Jaboatão, mas presume-se que foram muitos e a memória deles se perpetua nas oitenta e oito sepulturas distribuídas na nave da igreja e no claustro do convento. Também durante a campanha de restauro, com a remoção do piso de ladrilho hidráulico da nave da igreja, surgiram as marcações das campas. O mesmo fato foi constatado no claustro (Fig. 4). Não se sabe se eram exclusivas dos religiosos, embora o lugar se trate de um dos espaços mais emblemáticos dentro da estrutura conventual e quase sempre referenciado como um lugar exclusivamente acessado pelos frades e interdito aos leigos. Isso porque, das quatro quadras existentes no ambiente claustral, destaca-se na quadra vizinha à igreja, marcas de campas cujas sepulturas apresentam uma inscrição no contorno em pedra. O texto em português antigo indica serem elas reservadas aos membros da Irmandade de São Benedito. Ou seja, seus ocupantes, fossem religiosos ou não, integravam a citada confraria e sabe-se que ela era majoritariamente formada por negros. A inscrição citada traz a seguinte mensagem: “ESTAS SEPULTURAS PERTENSE [sic] AOS IRMÃOS DE S BENEDITO TODA ESTA QUADRA”.

Os padrões observados nos registros escritos e nos vestígios visíveis de sepultamentos ocorridos no Convento de Santa Maria Madalena correspondem à prática funerária comum no período colonial brasileiro. Uma prancha do projeto da Igreja Matriz da Vila de Madalena,

encontrado no Arquivo Ultramarino, mostra como o módulo construtivo, tomando como referência a dimensão das campas, também foi empregado na edificação.

A disposição das sepulturas acompanha o próprio ordenamento da sociedade. Cada parcela da população tinha seu lugar muito bem demarcado no ambiente social e a igreja mantinha essa disposição. Custava caro enterrar-se perto de retábulos, portas de entrada e pias de água benta. Àqueles que não podiam arcar com tal investimento financeiro restavam as áreas menos disputadas ao longo de naves e corredores. Nos casos de maior pobreza havia a alternativa das áreas não edificadas, menos valorizadas, mas que, de acordo com a legislação canônica, eram tão revestidas de sacralidade quanto o interior das igrejas.

Os enterramentos nos templos tendiam a obedecer a certas hierarquias, uma vez que pelo poder aquisitivo era possível garantir uma cova mais próxima ou mais distante do altar principal do templo. Entretanto, o fato de ser sepultado no lado externo da igreja (adro ou áreas contíguas) não eliminava o benefício de estar sob solo sagrado da fé. (TAVARES 2006:5, Apud ALLEN, 146).

No caso do convento de Madalena, as atividades arqueológicas, que foram em escala reduzida, encontraram evidências de sepultamento na área externa vizinha à igreja. Destacou-se também a presença de ossadas infantis no ambiente onde originalmente funcionava a Portaria do convento. A Ordem Terceira de São Francisco foi vital na apologia da ritualística fúnebre nas cidades onde se instalou. Instituída em Madalena em 1720, imediatamente os membros realizaram a primeira eleição para composição da mesa dirigente (composta basicamente de juiz, escrivão secretário, tesoureiro, ministro, mordomo). Por muito tempo deve ter se reunido nas dependências do próprio convento já que, apenas em 1763 iniciaram a construção da sua capela, ao lado da igreja (Fig. 1). Cabia à confraria a realização da concorrida Procissão de Cinzas (JABOATÃO, 1859:613), celebração de grande aparato simbólico, para o qual eram usados variados recursos visuais e sonoros, que lembravam a todos a finitude da vida.⁸ Seus associados recebiam assistência social e religiosa em vida, mas de modo especial se sobressaía o acompanhamento nos momentos que antecediam à morte,

⁸ A esse respeito Cf: FONSECA, 1874.

durante o velório, no enterramento e nos ritos posteriores, a exemplo de missas e demais sufrágios. Todo esse conjunto de ações era considerado capaz de amenizar o peso dos pecados.⁹

As disposições testamentárias eram também fundamentais dentro daquela mentalidade. Definidas e apresentadas bem antes do falecimento, indicavam como se deveria proceder nos momentos que o antecederiam e o sucediam. Com isso se garantia a realização do cerimonial completo e, conseqüentemente, o benefício espiritual que na maioria das vezes, estava muito fortemente associado ao tempo em que a alma permaneceria no Purgatório antes de alcançar o céu.

Conforme o seminal estudo de Le Goff (1993:27), a crença na força dos sufrágios desenhou os princípios da ideia de Purgatório, que se manteve como um simples esboço até se afirmar definitivamente, alcançando quase que um status de lugar, praticamente um espaço físico dentro da dimensão espiritual.¹⁰ Esse processo de afirmação do Purgatório veio se delineando ao longo dos anos e se consolidou de fato a partir do século XII, quando passa a ocupar grande visibilidade na teologia e na prática católica. A Igreja de Roma, como um todo, e, especialmente, as Ordens Mendicantes, se beneficiaram enormemente dessa crença.¹¹ As práticas funerárias desenvolvidas nos primeiros séculos da colonização brasileira giravam em torno dessa ideia de lugar ao qual as pessoas desejavam chegar, considerando que se tratava de uma passagem obrigatória aos pecadores antes de alcançar o céu. Como se vê nas determinações contidas no testamento de Gabriel Soares de Souza¹², um dos documentos mais

⁹ A historiografia aponta que a Vila de Madalena teve algumas confrarias, as quais prestaram imprescindíveis serviços aos seus associados: a de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de Nossa Senhora do Amparo dos Pardos, de São Benedito e Ordem Terceira de São Francisco e do Carmo. Destaque-se aqui a presença das irmandades de pretos e pardos. Apenas através delas era possível que camadas mais desfavorecidas da população tivessem acesso a determinadas cerimônias e celebrações religiosas. “Ser filiado a alguma, ou a várias irmandades, era garantia não somente de acesso aos ritos imprescindíveis, quando do fim da vida, mas também a um lugar de sepultamento”. (BATISTA: 2011:20).

¹⁰ Segundo Le Goff (1993:86) a gênese teológica do Purgatório está ligada a Santo Agostinho. Ele foi também o primeiro a afirmar a importância e eficácia dos sufrágios para atenuar a passagem por esse lugar.

¹¹ Os frades das Ordens Mendicantes viviam em meio às cidades e às pessoas, sendo os grandes difusores das seguintes práticas religiosas: a confissão, a **crença no purgatório**, a pregação.

¹² Gabriel Soares de Souza, explorador português, viveu no Brasil na segunda metade do século XVI. Em 1584 escreveu seu testamento que contém preciosas informações sobre as preocupações do homem quinhentista com a chamada “Boa Morte”.

antigos sobre o tema no Brasil no início da colonização, a indicação da celebração das missas era responsável pelo maior ou menor tempo de permanência no plano existente entre o inferno e o céu.

Nos outros cinco dias seguintes, se dirão em cada dia outras dez missas rezadas e uma cantada á honra dos cinco mysterios gloriosos da Virgem Madre de Deus. E se não houver padres no dito mosteiro, que bastem para dizerem estas missas juntas, humildemente peço ao padre abbade que ordene com os padres do collegio ou da Sé, com que se possam dizer estas missas, como tenho declarado, porque tenho confiança na Madre de Deus que, no cabo d'estas missas, sahirá minha alma do purgatorio. (SOUZA, 1879:21)

A Morte – eixo da experiência humana - agia no universo colonial como agente de coesão e parte de sua força estava na relação de proximidade que era estabelecida entre o fenômeno e as pessoas, desde sempre. Com uma vida inteira orientada para tal momento, as pessoas provavelmente aterrorizavam-se com a possibilidade do não atendimento ao cerimonial fúnebre, ao sepultamento em local inadequado (longe das igrejas), a ausência das missas e orações, a falta do acompanhamento de familiares e amigos nos momentos últimos. A Morte, sem dúvida, era uma celebração, condição fundamental para uma vida eterna e feliz no plano celeste.

Lá no Céu haverá saúde sem doença, formosura sem fealdade, imortalidade sem corrupção, abundância sem miséria, sossego e paz sem turbacão, segurança sem temor, conhecimento sem erro, fartura sem fastio, alegria sem tristeza; não haverá inquietações, nem turbacões; tudo finalmente será paz, alegria e felicidade, e glória! (COUTO, 1868, Apud NOBRE, 2011, p.113).

ET ORENT PRO DEFUNCTIS

O Cristianismo, desde suas origens, se caracterizou como uma religião que tem na salvação da alma um dos seus princípios fundamentais. A vida terrena foi encarada de modo muito particular e a experiência da Morte foi, desde as suas manifestações mais primitivas, uma celebração, condição fundamental para a efetivação da vida plena. A construção do discurso

da Morte associada à salvação começa no próprio Jesus Cristo e é abraçada pelos primeiros cristãos que a acolhem conformadamente no martírio. O que se vê a partir de então é uma associação entre princípios aparentemente antagônicos: a eternidade só se concretiza através da condição humana de mortalidade. Na Idade Média, segundo Georges Duby, o fenômeno da Morte não tinha um sentido negativo.

(...) não era uma partida furtiva, esquiva, porém numa chegada lenta, regrada, governada – um prelúdio, passagem solene de uma condição para outra, superior, mudança de estado tão pública quanto as bodas, tão majestosa quanto a entrada dos reis em suas leais cidades. (DUBY, 1987: 10).

Trata-se, segundo ele, de um segundo nascimento que vale mais que o primeiro e por isso é mais comemorado; é uma data da qual se lembra, ao contrário de tantos outros relegados ao esquecimento (DUBY, 1987: 13).

Quanto à mística franciscana, esta nunca duvidou do pensamento cristão apoiado nos Evangelhos, que anunciava a necessidade de uma finitude corporal para se alcançar a salvação da alma e a vida eterna prometida. Na perspectiva de São Francisco tudo era a presença de Deus se revelando na Terra. Também a Morte se constituía em uma categoria diretamente ligada à vida, não estando de modo algum dela dissociada. Nesse sentido a Morte não era a negação da vida, mas sua continuidade, passagem imprescindível para o grande encontro com o Pai.¹³ Este pensamento pode ser observado entre teólogos franciscanos contemporâneos.

A constatação do acolhimento da morte, porque ela pertence simplesmente à vida, revela a grandeza espiritual e religiosa de Francisco (...). Morre saudando amavelmente a morte, morre cantando (...). Quem bebe como ele bebeu da Fonte da vida, não pode mais morrer, mesmo que tenha que passar pela terrível noite dos sentidos e do espírito. De ameaça ela se transfigura em irmã. É a passagem necessária para um novo e definitivo nascimento. Pode ser dolorosa como todo nascimento. Mas propicia um novo advento da vida, agora plena em Deus". (BOFF, 1981, 179-180).

¹³ Leonardo Boff (1981) discute de modo excepcional essa fraterna relação de Francisco de Assis com a morte corporal.

São Francisco compreendia e acolhia afetuosamente todas as manifestações da amorosidade divina e as organiza em um campo homogêneo dominado pela confiança e entrega absoluta. Como a Morte pertence à vida e “da qual homem algum pode escapar”, não a via como um fim, mas como um passo necessário em direção a algo muito maior e mais pleno. Por isso, na hora da passagem final ele “transfigura o trauma da morte em expressão de liberdade (...) e vai ao seu encontro como quem vai abraçar e saudar uma irmã muito querida”. É com alegria que ele a recebe e a cumprimenta compondo a última estrofe do Cântico das Criaturas.¹⁴

*“Louvado sejas, meu Senhor,
Por nossa irmã a Morte corporal,
Da qual homem algum pode escapar.
Ai dos que morrerem em pecado mortal!
Felizes os que ela achar
Conformes à tua santíssima vontade,
Porque a morte segunda não lhes fará mal!
Louvai e bendizei ao meu Senhor,
E dai-lhe graças,
E servi-o com grande humildade”.*¹⁵

Sua própria morte, de certa forma, contribuiu para sacralizar a importância das práticas fúnebres. Ocorrida em 3 de outubro de 1226, foi celebrada com orações e sufrágios. Logo após seu trânsito, em carta endereçada aos membros da Ordem dos Frades Menores, Frei Elias afirmava a importância das celebrações in memoriam ao santo:

“Uma vez que nunca é inútil orar pelos mortos, rezai também ao Senhor pela sua alma. Cada sacerdote celebre por ele três Missas, cada clérigo recite o Saltério, e cada Irmão Leigo reze cinco Pai-Nossos Os clérigos, além disso, celebrem em comum uma Vigília solene. Amém.”

¹⁴ Segundo Frei Nilo Agostini OFM, para Francisco a morte não é negação da vida, não é inimiga, mas é passagem para o modo de vida em Deus, novo e definitivo, imortal e pleno.

Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?p=24967#sthash.1MmLvoH0.dpuf>. Acessado em abril de 2015.

¹⁵ Disponível em: www.centrinho.usp.br/sfa/ff_02.html. Acessado em maio de 2015.

([http://www.editorialfranciscana.org/files/Carta_de_Frei_Elias_\(CE\)_4af84f866d3fd.pdf](http://www.editorialfranciscana.org/files/Carta_de_Frei_Elias_(CE)_4af84f866d3fd.pdf)).

A espiritualidade inaugurada por Francisco de Assis, em alguma medida, se mantém na Ordem do Frades Menores quando esta chega ao Brasil. Herdeiros de uma longa e sólida tradição religiosa, os frades na Colônia pareciam preparados para colher mansamente o fim da existência corporal. É o que se apresenta nas Crônicas de Frei Jaboatão onde, a associação com a dimensão libertadora da Morte é recorrente e é sempre evocada na hora do trânsito: “(...) soltas as prisões do corpo, e deixado o desterro deste mundo, sahisse a gozar como piamente podemos crer, do socego, e descanso da celeste pátria (...)”. (JABOATÃO, 1859:103).

Não foram encontradas, até agora, referências mais detalhadas de como acontecia o cerimonial do luto no interior dos conventos. Mas uma das manifestações acerca da relação entre vivos e mortos na intimidade do claustro pode ser encontrada em um espaço anterior ao acesso ao refeitório, denominado De Profundis. Os frades praticavam cotidianamente uma extensa ritualística, especificada nas regras da Ordem, da qual fazia parte a rememoração dos mortos. A cada dia, à hora do almoço, logo após a leitura dos textos obrigatórios para aquela ocasião, eram citados os nomes dos irmãos cujo aniversário de morte era o dia seguinte, ao qual a comunidade em voz alta intercedia: “Descansem em Paz!”. (ET ORENT PRO DEFUNCTIS, sdt). Este ritual ocorria neste espaço específico, o de Profundis, e daí a razão do seu nome. Assim, a Vida, através da alimentação do corpo, aliava-se ao seu aparente contrário, a Morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do Convento de Santa Maria Madalena, após a saída do último frade, no fim do século XIX, e com os vários usos de natureza profana que se sucederam, quase nada restou da antiga apropriação religiosa onde era conferida centralidade à Morte. Sobreviveram, entretanto, as sepulturas marcadas nos pisos da igreja e do claustro trazidas pelas investigações científicas no corpo do convento. Ilustrações da história, fragmentos em pedra de um sistema de crenças

que não existe mais. É justamente aí que resiste uma das manifestações da importância e força da velha casa franciscana. O prédio oferece hoje uma privilegiada porta de acesso a mecanismos sociais do passado do qual as campas são um dos documentos mais importantes. Ao mesmo tempo em que evocam um tempo passado, elas não apenas descrevem a forma como a Morte era inscrita no mundo colonial, mas, acima de tudo confirmam o seu lugar em Santa Maria Madalena.

Ante a visão da igreja e do claustro, destaca-se de imediato a complexidade do fenômeno e das forças sociais que o sustentaram. Mas, ao mesmo tempo em que as sepulturas contribuem para a análise da sociedade colonial e de como os franciscanos circulavam nesse meio, a narrativa puramente visual oferecida pela sua disposição no chão imprime uma marca na arquitetura que as insere dentre as inúmeras manifestações artísticas possíveis de serem usufruídas no prédio e que se somam às mais recorrentemente comentadas vinculadas à rica iconografia atrelada ao barroco e, conseqüentemente, à Morte. Essa surpreendente dimensão estética as coloca em pé de igualdade aos demais atributos iconográficos existentes no convento.

Resultado da intervenção restaurativa realizada no monumento, os modos antigos de sepultamento só foram revelados após a remoção de camadas de terra e pisos que os escondiam, como consequência de uma cultura já posterior ao período colonial, de negação da Morte, de rejeição com qualquer coisa que a recordasse.¹⁶ Ao enfrentar seu passado, a fala do convento foi enriquecida. Apesar de hoje estar descontextualizada, a representação da Morte através da presença das campas não deixa de constituir um movimento de reconciliação com aqueles que ajudaram a construir o prédio. Cabe ao nosso tempo encontrar um novo lugar para ela, atualizando-a no tempo e no espaço e lhe devolvendo o lugar que se dedica a uma irmã, como quis São Francisco.

¹⁶ Os sepultamentos em solos consagrados foram comuns até o século XIX, quando uma nova postura urbana, voltada para a saúde pública, determinou que esse costume não se adequava mais aos tempos modernos. Com isso, a Igreja perde parte do seu papel como mediadora entre a salvação e a danação eterna das almas pecadoras. Afirma-se, a partir de então, o Cemitério Público, emblema desse pensamento onde a Morte é agora apartado do convívio dos vivos.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Joseph Scott ET all. Estudo Arqueológico na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, Porto Calvo, Alagoas. Disponível em: http://www.ufpe.br/cliorg/images/documentos/V24N2-2009/7-allen_et_al.pdf. Acessado em julho de 2012.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. Jardim Regado com Lágrimas de Saudade: morte e cultura visual na Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

BAZIN, Germain. A Arte Religiosa no Brasil. Trad. Glória L. Nunes, vol. I e II, Rio de Janeiro: Record, 1956.

Biografias I - Carta de Frei Elias (CE). Trad. Frei José Maria da Fonseca Guimarães, OFM. Disponível em: [http://www.editorialfranciscana.org/files/Carta_de_Frei_Elias_\(CE\)_4af84f866d3fd.pdf](http://www.editorialfranciscana.org/files/Carta_de_Frei_Elias_(CE)_4af84f866d3fd.pdf). Acessado em fevereiro de 2013.

BOFF, Leonardo. São Francisco, ternura e vigor. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUBY, Georges. Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo. Trad. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

“ET ORENT PRO DEFUNCTIS” (cópia fotocopiada, sem dados técnicos, pertencente ao acervo do Convento Franciscano de Santa Maria dos Anjos, em Penedo/AL).

FONSECA, Pedro Paulino da. Memória Histórica da Fundação dos Conventos da Província das Alagoas. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & C Cia, 1874.

JABOATÃO OFM, Frei Antonio de Santa Maria. Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil, Vol. I, II, Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859.

LE GOFF, Jacques. O Nascimento do Purgatório. Trad. Maria Fernanda G. de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LIVRO DOS GUARDIÃES DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA BAHIA (1557-1862). Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1978.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. Laura de Mello e Souza (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 156-220.

AGOSTINNI OFM, Frei Nilo. Morte e Vida de São Francisco de Assis. Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?p=24967#sthash.1MmLvoH0.dpuf>. Acessado em abril de 2015.

NOBRE, Edianne S. e ALEXANDRE, Jucieldo F. A Missão Abreviada: práticas e lugares do bem-morrer na literatura espiritual portuguesa da segunda metade do século XIX. In: Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IV, nº 10, maio 2011. Disponível em: <HTTP://www.dhi.uem.br/gtreligiao/index.html>, acessada em maio de 2012.

REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). História da Vida Privada no Brasil. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 95-141.

SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1879. Arquivo eletrônico disponível em: www.brasiliana.usp.br. Acessado em abril de 2015.

TAVARES, Pedro. Espiritualidade e disposições perante a morte em Santa Maria da Feira: capelas, legados e bens d'alma na matriz de S. Nicolau durante o Antigo Regime. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/25425>. Acessado em março de 2015.

VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2007.

CÂNTICO DAS CRIATURAS. Disponível em: www.centrinho.usp.br/sfa/ff_02.html. Acessado em maio de 2015.